

Gabarito Direito Processo Civil

Questão 51

Resposta B.

No caso em tela, não houve prejuízo para a autora. Nesse cenário, não há de se falar em nulidade.

Questão 52

Resposta C.

O agravante poderá requerer a juntada, aos autos, do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação de documentos que instruíram o recurso (art. 1.018 caput). Consoante o § 2ª do dispositivo ora analisado, se os autos não forem eletrônicos, o agravante tomará as providências mencionada no caput do artigo 1.018, no prazo de 3 (três) dias a contar da interposição do agravo de instrumento e o descumprimento dessa exigência, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo de instrumento (artigo 1.018, § 3º).

Questão 53

Resposta C.

Segundo o artigo 535, § 4º do Código de Processo Civil: “tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento”.

Questão 54

Resposta A.

Segundo o artigo 1.027: “Serão julgados em recurso ordinário: I - pelo Supremo Tribunal Federal, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão”.

Questão 55

Resposta B.

No caso trazido pela questão, é cabível a denunciação da lide. Vejamos a dicção do artigo 125 da Lei 13.105 de 2015: “É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes: I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam; II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo”. (grifo nosso).

Questão 56

Resposta A.

Veja, conquanto seja possível a penhora do faturamento da empresa, o artigo 866, § 1º do CPC consigna que o Magistrado fixará percentual que propicie a satisfação do crédito exequendo em tempo razoável, mas que não torne inviável o exercício da atividade empresarial. Diante disso, deve ser verificado que a penhora de cem por cento do faturamento compromete o funcionamento da empresa.

Questão 57

Resposta D.

Segundo o artigo 523 do Código de Processo Civil: “No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver”.